

# OS RELATOS SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DE SERTÃOZINHO-SP E OS DESAFIOS LANÇADOS À PESQUISA HISTÓRICA

JEFFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO

Professor de Sociologia no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus de Sertãozinho. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE. Graduado em Ciências Sociais pela UNICAMP e especialista em História, Cultura e Sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

Contato: [jefferson.nascimento@ifsp.edu.br](mailto:jefferson.nascimento@ifsp.edu.br)

# OS RELATOS SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DE SERTÃOZINHO-SP E OS DESAFIOS LANÇADOS À PESQUISA HISTÓRICA

Jefferson Ferreira do Nascimento

## RESUMO

Este artigo visa a analisar o processo de ocupação do território de Sertãozinho-SP, concentrando as análises no período 1870-1930. Esta análise objetiva resgatar a formação urbana e da economia local, levando em consideração as conjunturas política e econômica do Brasil. O artigo ressalta o processo de ocupação da área e as características dessa ocupação, que contribuíram para o processo de industrialização da cidade, apontando para a importância de reconhecer essas transformações como parte de um contexto mais amplo de mudanças que ocorreram no país. Apesar de se concentrar em uma atividade descritiva, este artigo aponta para a necessidade de pesquisas históricas que promovam uma reflexão crítica sobre o processo de colonização do “sertão desconhecido”. Afinal, as fontes acessadas e os livros de resgate da memória local centram suas atenções para o papel do imigrante europeu e dos donos das fazendas de café, ocultando o papel do negro, dos trabalhadores não proprietários e o destino dos povos indígenas, após a colonização de Sertãozinho.

**Palavras-Chave:** Sertãozinho-SP – Oeste Novo – Imigração – Cafeicultura – Economia Canavieira.

## THE REPORTS ON THE FIRST YEARS OF SERTÃOZINHO-SP AND THE CHALLENGES POSED TO HISTORICAL RESEARCH

## ABSTRACT

The article analyzes the process of occupation of Sertãozinho-SP territory, focusing the analysis on the period 1870-1930. This objective analysis rescue the urban and local economic training, taking into account the political and economic situations in Brazil. The article highlights the process of occupation of the area and the characteristics of this occupation that contributed to the city's industrialization process, pointing to the importance of recognizing these changes as part of a wider context of changes that have occurred in the country. While focusing on a descriptive activity, this article points to the need for historical research to promote critical reflection on the colonization process of the "unknown wilderness." After all, the sources accessed and the local memory rescue books focus their attention to the role of European immigrants and owners of coffee plantations, hiding the role of the black people, of workers without property and the fate of indigenous peoples after the colonization of Sertãozinho.

**Keywords:** Sertãozinho-SP – New West - Immigration - Coffee Culture - Economy Sugarcane.

## INTRODUÇÃO

A ocupação efetiva da antiga Vila de Sertãozinho, um Distrito de Paz ribeirão-pretano, acontece principalmente a partir da chegada de imigrantes vindos para a região em busca da prosperidade da cafeicultura. As fazendas cafeicultoras precisavam se autossustentar devido ao isolamento, fabricando e consertando arreios, cangas, carroças, casas, engenhos, ferraduras, instrumentos agrícolas e móveis, o que exigia que o imigrante tivesse ou adquirisse especialização em trabalhos artesanais, especialmente marcenaria e metalurgia. São esses imigrantes que vão colonizar a área que hoje conhecemos como Sertãozinho.

Essa especialização da mão-de-obra dos imigrantes, associada às dificuldades de adaptação ao modelo de produção utilizado na cafeicultura regional e às necessidades de escoamento das fazendas, explicam o nascimento de fábricas de veículos de carga, antes mesmo do século XX. Essa mão-de-obra qualificada enxerga a possibilidade de, mesmo mantendo a dependência dos recursos provenientes do café, experimentar uma forma de vida alternativa, seja na busca pela pequena e média propriedade rural, ou na busca pela adaptação nas pequenas cidades ou vilas da região.

No caso da Vila de Sertãozinho, a oportunidade residia na oferta de serviços voltados aos veículos de carga, afinal a localização da vila colocava seus habitantes em contato com o transporte do café para a Fazenda Dumont e para a Fazenda Monte Alegre, da cana para os pequenos engenhos que se instalaram no município e nas fazendas cafeicultoras, para a produção de aguardente, rapadura e melaço<sup>1</sup>. A vila se tornou centro prestador de serviços, pois ligava as unidades produtoras, o escoamento e a distribuição de produtos e mercadorias. Situava-se entre as fazendas e os dispositivos de escoamento: a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a “Companhia Paulista de Vias e Fluvias”<sup>2</sup>.

Neste artigo vamos retomar as origens do município localizado a nordeste do estado de São Paulo, ressaltando a ocupação da área e as características dessa ocupação que contribuíram para o processo de industrialização da cidade, a importância de reconhecer essas transformações como parte de um contexto mais amplo de mudanças que ocorreram no país. Assim, perceberemos como foi possível a adaptação às mudanças tecnológicas. Nesta análise veremos, ainda, a contribuição das fazendas de café – que gerou a necessidade de transporte, de pessoas e produtos, de

<sup>1</sup> **Fazenda Dumont:** propriedade de Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont, A fazenda Dumont, comprada em 1891 pela Cia. Melhoramentos, é vendida a um grupo inglês em 1894. Eles criam a Dumont Coffee Company, que continua sendo uma grande produtora de café até a crise de 1929. Em 1942 a fazenda Dumont é loteada pela Caic (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, que existiu de 1928 a 1975) (TONATORE, 2006). **Fazenda Monte Alegre:** comprada por Francisco Schmidt em 1890, cuja antiga sede abriga hoje o Museu do Café (Hasse, 1996:33-35).

<sup>2</sup> “Com a chegada dos trilhos às margens do Rio Mogi Guaçu, foi criado o serviço de navegação fluvial entre Porto Ferreira e Pontal.” (MUSEU DA COMPANHIA PAULISTA). O porto foi instalado em 1887 e a estação ferroviária instalada em 1902. A partir deles, surge Pontal, reconhecido como Distrito Municipal de Pontal pela Câmara Municipal de Sertãozinho em 1904 e elevado à categoria de município em 1935.

manutenção das fazendas e veículos – e a consequente instalação de redes de transportes, como a ferrovia e a hidrovia, como impulsionadores da demanda de serviços oferecidos pela cidade. Bem como, a possibilidade de pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre Sertãozinho e região.

### **Os relatos da ocupação do território**

Localizado entre as bacias hidrográficas dos Rio Pardo e Mogi-Guaçu, mais especificamente na microbacia do Ribeirão do Sertãozinho, que nasce em Dumont e possui foz em Pontal, o município surge da Fazenda Sertãozinho do Mato Dentro, registrada em 1856 na então Freguesia de São Simão pelos herdeiros de João Manuel Pontes, que, em 1827, lideraram uma comitiva que demarcou, inicialmente, 13.768 alqueires (chegando a 25 mil em 1847, ano da morte de Pontes) das terras que deram origem a Sertãozinho e parte do município de Pontal – juntamente com a Fazenda Santa Cruz das Posses, de Antônio João Ferreira (HASSE, 1996; MARTINS, 2004; PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO).

A área ficava à margem do trajeto da Estrada dos Goiazes, caminho aberto pelos bandeirantes, que ligava a cidade de São Paulo, via Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Casa Branca, Cajuru, Batatais e Franca, às minas do centro do território brasileiro. A área, chamada de “Sertão desconhecido”, foi ocupada a partir da decadência da mineração nas Minas Gerais, que leva à busca por áreas de pastagens para os rebanhos (era típico do local o capim flecha), das quais Batatais e Franca são as primeiras. Além disso, os criminosos e perseguidos políticos das vilas mineiras podem ter contribuído para a ocupação, que era feita através de posses espontâneas até pelo menos 1850, com a promulgação da Lei de Terras, quando se inicia a ocupação legal da região (HASSE, 1996; MARTINS, 1987).

Importante salientar a contribuição dos viajantes-naturalistas que vieram ao Brasil no século XIX, como Johann Baptiste Spix, Carl Philipp von Martius e Auguste de Saint Hilaire que contribuíram para o conhecimento da geografia do interior do Brasil. Saint Hilaire, por exemplo, em *Viagem à Província de São Paulo*, destaca a mudança para o interior como forma de fugir do recrutamento militar do Império para a Guerra de 1811 contra as províncias espanholas do Rio da Prata (KURY, 2001).

A área que deu origem ao município fez parte de Mogi Mirim até 1841. Após esse ano passa à Casa Branca até 1865, quando São Simão foi elevado à categoria de município; em 1871, quando foi criado o município de Ribeirão Preto, torna-se distrito ribeirão-pretano. Nesse processo de formação dos municípios da região mogiana cabe destacar a família Junqueira, importante na fase de abertura da região, constituída de mata densa, para a criação do gado e também no processo

inicial da cafeicultura (HASSE, 1996; MARTINS, 1987; MARTINS, 2004).

Em outras palavras, o município surgiu no “[...] momento de consolidação do capitalismo agrário do Brasil”, na qual se instituía o trabalho assalariado, intensificava-se a imigração e expandia-se a cafeicultura (SANTOS, 2010, p. 29). Dessa forma, no mesmo tempo da ocupação do município após a década de 1870 até sua emancipação, em 1896, está ocorrendo no país a estruturação de novas relações de produção no conjunto da sociedade devido à substituição da escravidão pelo trabalho assalariado, pelo desenvolvimento do mercado, pela expansão das estradas de ferro, pela implantação das primeiras indústrias – especialmente na capital paulista, e pela alternância de desenvolvimento e crise da economia cafeeira (SILVA, 1986, p. 12-18).

### **O ciclo do café na Mogiana e o “fundão” de Ribeirão Preto**

Com a Lei de Terras de 1850 a posse da terra passa a ser legalizada. Com isso, há, por um lado, a promoção por parte do governo provincial das terras entre o Rio Pardo e o Mogi-Guaçu e, por outro, com a chegada de Luiz Pereira Barreto, há a divulgação da fertilidade dos latossolos roxos de origem basáltica, a “terra roxa”, em sua série de artigos *A Província de São Paulo*, de 1876 (HASSE, 1996). Essa fama atrai Martinho Prado Júnior, que realizou estudos meteorológicos e topográficos comprovando a aptidão da região para a cafeicultura, o que o levou a comprar a Fazenda Albertina, a implantar as Fazendas Guatapará e São Martinho. Assim, inicia-se a busca por terras da região de Ribeirão Preto para a cafeicultura. Neste sentido:

[...] a terra seria na verdade um “livre conduto” à expansão cafeeira, tanto no que se refere à sua disponibilidade quantitativa, quanto ao seu principal aspecto que é o de condições de clima, fertilidade e topografia. (CANO, 1983, p. 31)

Além disso, as pressões inglesas da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, liderada por Joaquim Nabuco, e da Confederação Abolicionista, liderada por José do Patrocínio e João Calpp, resultaram na Lei Eusébio de Queiróz (1850) e outras que foram restringindo gradualmente a escravidão, como as Leis do Ventre Livre (1871) e Lei do Sexagenário (1885), até culminar na Lei Áurea (1888), o que viabiliza cada vez mais a utilização da mão-de-obra do imigrante. O próprio Martinho do Prado Júnior, afirma Azevedo (2004, p. 135), participa dos debates contra a escravidão e a favor da imigração europeia.

É nesse contexto que a busca por terras na região mogiana se intensifica na década de 1870, atraindo imigrantes europeus. Parte desses imigrantes, provavelmente descontentes, desajustados ou cansados da vida nos cafezais, e não dispostos a viver em comunidades urbanas maiores, como

Ribeirão Preto, começam a se estabelecer ao redor da atual Praça 21 de Abril - origem da urbanização de Sertãozinho. Mello (1991, p. 175) enxerga a chegada dos imigrantes como uma das condições que favoreceram a acumulação, pois com eles o país passou a ter mão-de-obra abundante, que supriu a carência da produção cafeeira (plantação, colheita e beneficiamento), e também ocupou serviços do segmento urbano (transporte, comércio, finanças, etc.). É pela atuação desses imigrantes no segmento urbano que se encontra a origem de Sertãozinho.

Como as fazendas cafeeiras precisavam se autossustentar devido ao isolamento, fabricando e consertando arreios, cangas, carroças, casas, engenhos, ferraduras, instrumentos agrícolas e móveis, era exigido que o imigrante tivesse ou adquirisse especialização em trabalhos artesanais e manufatureiros, especialmente marcenaria e metalurgia. Segundo Warren Dean:

[...] os mecânicos que aperfeiçoavam o novo equipamento descendiam freqüentemente de imigrantes [...] Essas mesmas oficinas produziram grande variedade de equipamento modelado e usinado, principalmente para o uso nas fazendas e estradas de ferro, como caldeiras bombas, vagões fechados de carga e artigos semelhantes. (DEAN, 1971, p. 44)

Ou ainda:

Grande foi o papel dos imigrantes no crescimento da economia paulista, sobretudo na manufatura de bens de consumo, pois se os fazendeiros, pelos seus esforços criaram a procura interna, não faziam muita coisa para satisfazê-la. (DEAN, 1971, p. 55)

A força de trabalho de imigrantes torna Sertãozinho importante para a prestação de serviços, uma vez que era passagem obrigatória das viagens entre as cidades de Ribeirão Preto e Jaboticabal, mesmo antes da ocupação: “No lugar hoje denominado Rua Piratininga havia uma vereda por onde se passava pra ir de Ribeirão Preto a Jaboticabal” (MARTINS, 2004, p. 112)<sup>3</sup>. Esta última em 1867:

[...] abrangia regiões de São José do Rio Preto, Jales, Fernandópolis, Votuporanga, Araçatuba, Barretos, Catanduva, Novo Horizonte, entre outras, estando limitado pelos rios Mogi-Guaçu, Grande, Tietê e Paraná. Desde então, Jaboticabal teve diversos desmembramentos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, 2010)

Em 1880, no encontro dos Rios Pardo e Mogi-Guaçu, foi instalado um porto em Pontal (à época distrito de Sertãozinho) com uma linha de barco a vapor da *Companhia Paulista de Vias e Fluviais* até o atual município de Porto Ferreira – ótima alternativa de escoamento da produção regional. Mais uma vez, Sertãozinho era passagem obrigatória. Em 1904, a ferrovia da Companhia

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que a Rua Piratininga, já conhecida como Rua do Comercio, é a atual Rua Barão do Rio Branco, principal rua do centro da cidade.

Paulista vai passar pelo território Pontal (ainda distrito de Sertãozinho) – “Serve-nos de exemplo a nascente povoação de Pontal. Fundada há poucos meses, porque no lugar foi construída uma estação da estrada de ferro da Paulista” (MARTINS, 2004, p. 188). “Em 1911, quando cessou o transporte fluvial, passou a denominar-se Companhia Paulista de Estradas de Ferro” (MUSEU COMPANHIA PAULISTA). Essa rede de transporte acentua a importância do município e gera uma demanda ainda maior na prestação dos serviços realizados em Sertãozinho.

Além disso, as ferrovias terão papel importante tanto para economia cafeeira, no geral, quanto para o desenvolvimento de Sertãozinho, em particular. Como podemos ver em Cano (1983, p. 33-34) essas ferrovias possuem múltiplos papéis, expandem a fronteira agrícola e tornam acessíveis as terras, até então virgens, do interior paulista:

[...] principalmente a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana, vão cumprir esses papel pioneiro: à medida que estendem seus trilhos, o café vai desbravando as terras virgens: assim, depois de atingidas Campinas em 1872 e Itu em 1873, Mogi Mirim e Amparo eram alcançadas em 1875, Rio Claro em 1876, Casa Branca em 1878 e Ribeirão Preto em 1883.(CANO, 1983, p. 33-34)

Na economia, essas estradas de ferro viabilizaram, segundo Wilson Cano (1983), a acumulação de terras no interior, garantiram lucros privados na transação de terras em que a propriedade já estava consolidada e rebaixaram o custo do transporte, que até o momento era feito predominantemente com tropas muars, favorecendo, assim, o desenvolvimento da cafeicultura. Em termos de urbanização, o desenvolvimento da cafeicultura induziu de maneira crescente diversas atividades urbanas. No caso de Sertãozinho, as atividades em desenvolvimento na época eram armazéns, olarias, serrarias, engenho de pinga e rapadura, ferrarias e forjas, que davam ao município o caráter de ponto de apoio para os cafezais, uma vez que a vila de Sertãozinho nasceu como centro de serviços voltados para as atividades rurais. Assim, a urbanização da cidade, que foi marcada pelo intenso desmatamento (seja para a lavoura cafeeira, seja para lavoura canavieira ou para fornecer lenhas e dormentes para companhias de transportes ferroviários)<sup>4</sup>, teve como eixo fundamental a atual Rua Barão do Rio Branco, nomeada primeiramente como Rua do Commercio – não por acaso.

<sup>4</sup> “Um dos bons negócios do momento era fornecer lenha e dormentes para a Mogiana e a Paulista, as duas companhias ferroviárias que operavam na região” (HASSE, 2003, p.135).

## A emancipação

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas [...] requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho de Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outros, mais vinculadas ao processo de urbanização também se desenvolveriam: comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais se avançava esse processo mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo tem seu momento decisivo de aceleração, a partir de 1886 e, mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional. (CANO, 1983, p.69)

É nesse período de crescimento da cafeicultura paulista e, conseqüente aumento da urbanização, que Sertãozinho começa seu processo de emancipação. Sobre o período, Sérgio Silva (1986, p.71) percebe um “crescimento das cidades maior que o crescimento geral da população”. Realizavam-se em Sertãozinho atividades importantes para o desenvolvimento da cafeicultura na região, pois a presença de imigrantes com habilidades em marcenaria e ferraria permitiu o nascimento de fábricas de veículos de carga, antes mesmo do século XX, servindo, como Silva (1986, p.12-18) classificou, de relações pré-capitalistas subordinadas às relações dominantes, no caso a cafeicultura.

Os cafeicultores precisavam otimizar o transporte do café, nos engenhos de pinga e rapadura era necessário transportar cana e o escoamento e distribuição de produtos e Sertãozinho estava entre os centros produtores e os meios de escoamento e distribuição, assim sua produção era indispensável para o processo de reprodução do capital.

Esse papel de Sertãozinho na economia regional favoreceu a criação de uma infraestrutura para a sua emancipação. Assim, como pode ser visto em Sarti (2003, p.13-14), pela Lei Provincial n.º 463, de 5 de dezembro de 1896, foi criado o município de Sertãozinho, sendo parte dele os distritos de Santa Cruz das Posses e Pontal. Mais tarde, em 1906, Sertãozinho foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual n.º 1038, de 19 de dezembro.

Cabe ressaltar que, em 1916, Pradópolis foi anexada à cidade, além de outros territórios que fizeram parte, como Barrinha e Dumont. Três desses territórios já foram desmembrados da cidade: Pontal foi emancipado em 1935, Pradópolis passou a constituir Guariba em 1938 e Barrinha foi emancipado em 1953 (SARTI, 2003, p.13-14).

## O café, o transporte e o Engenho Central<sup>5</sup>

Uma das características das fazendas de café era sua formação típica, que dispunha de pequenas áreas de produção de alimentos para pessoas (arroz, milho, feijão e mandioca) e para os animais (capim e a cana). Outra característica era a necessidade de produzir o máximo de bens necessários. Como eram isoladas, essas fazendas necessitavam de contar com unidades de produção e manutenção de arreios, cangas, carroças, casas, ferraduras, instrumentos agrícolas e móveis. Em alguns casos, chegavam a contar com armazém, olaria, serraria, carpintaria, ferraria e engenhos para moer cana, mandioca e milho, chegando a produzir melado, rapadura, açúcar e cachaça para consumo ou venda, pois “o desejo de tornar mais lucrativa as propriedades agrícolas foi, igualmente uma das molas propulsoras dos primeiros empreendimentos manufatureiros” (DEAN, 1971, p.44).

Para garantir o funcionamento desta unidade produtora era imprescindível a presença do imigrante, que era mão-de-obra e, também, mercado consumidor (SILVA, 1986, 71-110). Parte desses imigrantes que povoaram Sertãozinho conheciam as atividades pela experiência nas fazendas de café e instalaram na cidade uma gama de prestadoras de serviços que a maioria das fazendas não dispunha e as que dispunham frequentemente precisavam de reparos. Outro fator era a localização: o município foi instalado numa área de passagem obrigatória de mercadorias.

Primeiro, a necessidade de ligar as fazendas, cidades e vilas ao Porto da Companhia Paulista e também interligar as cidades de Ribeirão Preto e Jaboticabal, como foi tratado anteriormente. Depois, a necessidade de ligar a região. Sem contar a proximidade com a Estrada de Ferro Dumont, construída pela Mogiana e vendida à Fazenda Dumont (QUARTIER, 2015). Por fim, como podemos ver no Almanaque de Sertãozinho 1905, a instalação das estradas de ferro no próprio município: a Mogiana (ramal Sertãozinho) em 1898, alongando o ramal de Ribeirão Preto; a Paulista (Ramal de Mogi-Guaçu), que passava por Sertãozinho e por territórios vinculados à Sertãozinho, como Barrinha, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis (estação Martinho Prado); e o Ramal Martinho Prado (da estação Martinho Prado até à sede da fazenda São Martinho), também em Pradópolis (MARTINS, 2004, p.219).

Esses são os fatores que explicam o porquê da produção manufatureira se expandir na cidade, criando a infraestrutura que culminou na emancipação, uma vez que seus serviços e sua localização a tornava importante para o funcionamento da economia regional. Importante lembrar que o trajeto da Mogiana foi completado em 1904 na região, chegando a Igarapava, enquanto o trajeto da Paulista atingiu Nova Granada já em 1910 e Barretos em 1909. Fica, portanto, perceptível

---

<sup>5</sup> Para Caio Prado Júnior, os *engenhos centrais* são “grandes unidades destinadas a moer a cana de um conjunto de propriedades”. (PRADO Jr., 1972, p.246)

a localização estratégica de Sertãozinho: seu território era um entreposto nos caminhos que integravam as duas linhas e como, dito anteriormente, de centros urbanos importantes na época e deles com o porto fluvial da Companhia Paulista, em Pontal – na época distrito de Sertãozinho (HASSE, 1996; MARTINS, 1987; MARTINS, 2004).

Além da famosa Companhia Dumont, a Fazenda São Martinho, comprada em 1889, localizada no atual município de Pradópolis, parte de Sertãozinho até 1938, chegou a produzir, em 1905, com suas 200 famílias em seus 1000 alqueires, sob comando de Veridiana Prado, 190 mil arrobas de café, graças a seus 2.268.000 pés de cafés, sendo a maior produtora do município. Lá havia um ramal de linha férrea da Paulista e forte estrutura, que deu origem ao município de Pradópolis, contando com lojas de fazendas e armazéns, armazém de secos e molhados, da própria família Prado, funilaria e até mesmo fábrica de cerveja, esses dois últimos de propriedade de Achilles Décio e Vicente Guilillato, respectivamente (HASSE, 1996; MARTINS, 2004, p.171).

Acentuando este processo, a chegada de Francisco Schmidt<sup>6</sup> por volta de 1890, aquece a economia regional com a compra da Fazenda Monte Alegre e a implantação da Companhia Agrícola Francisco Schmidt. Incluindo a Fazenda Vassoural, onde foi montada uma de suas residências e se produziu café, principalmente, até 1930, e algodão. Em suas oito principais fazendas em Sertãozinho, no ano de 1905, Schmidt tinha 1.917.516 pés de café e empregava 2000 pessoas. Além deles, cabe destacar, no mesmo ano, os 810.000 pés de café de Antônio Bianconi, os 450.000 pés do coronel Messias Franco de Abreu, os 300.000 pés de Antônio Franco Arruda, proprietários destacados na produção municipal de café que atingiu naquele ano 6.553.964 pés. Outros proprietários importantes da região no ciclo do café com terras no município são: Arthur Diederichsen, Francisco Whitaker, Frederico Ernesto de A. Whitaker Júnior e Capitão José Maximiano Junqueira (MARTINS, 2004, P. 159-171; SARTI, 2007).

Mas é também Schmidt, o “terceiro rei do café”, um dos pioneiros da agroindústria do açúcar na região mogiana. Em 1905, possuía 90 alqueires de cana e três engenhos a vapor para a produção de aguardente. Favorecido por incentivos fiscais<sup>7</sup> funda em Sertãozinho o Engenho Central, inaugurado em 1906, com tecnologia francesa, instalado na Fazenda Vassoural (MARTINS, 2004, p. 159-171; 203; SARTI, 2007). Esse empreendimento serviu para formação de trabalhadores rurais, mecânicos, gerentes, administradores, permitiu aos sítiantes a venda da cana e foi emprego de fundadores de grupos agroindustriais da região como Balbo, Biagi, Marchesi e Lunardelli

<sup>6</sup> Francisco Schmidt, um imigrante, que segundo Dean foi “[...] o maior proprietário individual de terras de café” (DEAN, 1971, p. 58).

<sup>7</sup> São exemplos desse incentivo: a proposta de Aprígio de Araújo aprovada na Câmara Municipal em 1900 e a Lei n.º 77 de 1904. A primeira diz: “Considerando que os lavradores, amedrontados pela baixa do café, empregam suas atividades no cultivo da cana e se encontram em sérias dificuldades, devido ao barateamento da aguardente [...] Considerando que seria possível utilizar toda cana que se possa formar no município construindo um Engenho Central”; e propõe “Que se isente de impostos, pelo prazo de 20 anos, a pessoa ou companhia que montar um Engenho Central que tenha as proporções de utilizar toda a cana do município na fabricação de açúcar, álcool e aguardente” (FURLAN JÚNIOR *apud* SAMPAIO, 2010, p.26). Já pela Lei n.º 77, de 15 de outubro de 1904, artigo 10, “fica isento do imposto de exportação a aguardente fabricada e de produção no município (CÂMARA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO *apud* MARTINS, 2004, p.203).

(HASSE, 2003). Em Sertãozinho também foi notável a participação política da família Schmidt, um dos herdeiros da Companhia Agrícola Francisco Schmidt, Guilherme Schmidt foi prefeito da cidade em sete ocasiões de 1919 a 1947 (SARTI, 2007).

### As atividades urbanas

As atividades urbanas da cidade eram realizadas em estabelecimentos autônomos que fabricavam ou consertavam instrumentos agrícolas e utensílios para beneficiamento de diversos produtos do campo, no qual a cana-de-açúcar começa a se destacar no início do século XX. Segundo o Almanaque de Sertãozinho 1905, havia instalado no município 33 engenhos de aguardente e rapadura e 15 fazendeiros de cana-de-açúcar – excluindo os proprietários de engenho que plantavam a própria cana (MARTINS, 2004, p.107-110). Essa produção canavieira ainda foi impulsionada pelo Engenho Central, em 1906, que produzia açúcar e álcool, não apenas os produtos mais rudimentares, como a aguardente e a rapadura (SAMPAIO, 2010, p.25-26). Vejamos na tabela 1 as principais atividades manufatureiras desempenhadas em 1905, levando em conta apenas o atual território do município, excetuando as desempenhadas em fazendas:

TABELA 1: Principais Atividades manufatureiras de Sertãozinho em 1905 <sup>8</sup>		
Unidades	Atividades	Proprietários
03	Fábrica de sabão	<b>Felice Volpe</b> , Torquato Rizzi e Bonini & Pugai
02	Fábrica de massas	<b>Torquato Rizzi</b> e Ferrucio Dallaglio
<b>01</b>	<b>Refino de açúcar</b>	<b>Torquato Rizzi</b>
02	Torrefação de café	Thomé M. Martins e Antônio Alves
<b>03</b>	<b>Beneficiamento de café</b>	Frankenberg & Heissen, Cia Mc Hardy e Thomaz P. Andrade
01	Fábrica de charuto	Não informado
03	Fábrica de cerveja	Ângelo Adriani, <b>Fernando Guidugli</b> e Ângelo Borato
<b>02</b>	<b>Fábrica de veículos</b>	Floriano Dallaglio e <b>Julio Barbieri</b>
02	Oficina de armeiro	Nicodemo Cácamo e <b>Adolpho Martinelli</b>
02	Fábrica de fogos	Francisco Bastos e não informado
<b>05</b>	<b>Ferraria</b>	Panin Fioravante, Luis Milano, Albino Buy, João B. Rapanelli e Francisco Rinaldi
05	Selaria	<b>Ernesto Scatena</b> , Luis Simi, Umberto Meneghini

<sup>8</sup> Tabela elaborada a partir das informações coletadas no Almanaque de Sertãozinho 2005 (MARTINS, 2004, pp.93-106).

		Sebastião Viana & Irmão e Francisco Rinaldi
<b>02</b>	<b>Funilaria</b>	Silvério Faraco, Carmine Carboni e <b>Vicente Paschoal</b>
<b>01</b>	<b>Serraria</b>	Mauri & C.
12	Olaria	<b>Pedro Benvegno, Biagi Alexandre</b> , Anna Maria de Paula, Emilio Barbieri, <b>Natale Biagi</b> e Barbieri, José A. de Mello, Manoel Branco, Carlos Fernandes, Antonio A. Fernandes, Manoel Dominguos e Salvador Murlo & Salço
04	Moinho de fubá	Antonio Ferreira, Antonio Antonino, Pellegrini José & Comp. & Eugênio Ferrari

Podemos observar especialmente as atividades em negrito, sinalizando a precoce vocação do município em manufatura. Cabe especial atenção às atividades de serraria, funilaria, ferraria e fábricas de veículos que se constituíram, posteriormente, na base para a formação industrial de Sertãozinho, uma vez que, estimuladas pela atividade canavieira, estas atividades se intensificaram, modernizaram-se e fomentaram a transição para a indústria após 1930 – especialmente pela combinação exigida: forja (feita com madeira) e fundição de metal. Outro detalhe: os sobrenomes destacados ajudam a explicar a origem de algumas famílias proprietárias tradicionais na cidade. Nessa tabela constam informações de atividades regulamentadas: o autor cita apenas oficinas, lojas e atividades que estavam com os impostos devidamente recolhidos.

Em 1917, segundo Sarti (2007), a produção de açúcar alcançou 30 mil sacas. Era esse o estímulo inicial para a produção urbana, os pequenos engenhos, o Engenho Central e, desde o início do povoamento, a prestação de serviços na área de transporte: fabricação, conserto e reforma de carroças e carruagens, é um grande exemplo.

Assim, a experiência dos primeiros imigrantes da cidade com marcenaria e ferraria possibilita o desenvolvimento desta tradição em fábricas de veículos de carga e será o suporte da nascente atividade canavieira. Com seus ajudantes temporários e a dependência dos caixeiros viajantes para compra de ferragens, as atividades seguiam uma demanda sazonal, ligada à safra. Esta tradição só entra em declínio após a instalação de montadoras de automóveis no Brasil.

Assim, a produção de carrinhos, carretas, carroções, charretes e semitroles desenvolveram-se até a década de 1960 e deixou frutos para o atual estágio de desenvolvimento da cidade. Segundo Hasse, a fábrica de carros da família Peticarrari prosperou tornando-se uma indústria de carrocerias que deu origem a Carrocerias Souza, fundada por um de seus antigos funcionários. A fábrica de carros da família Gaiofato deu origem a Gascom (inicialmente fundada para fabricar fogões industriais e com o Proálcool passa a produzir tanques para transporte de vinhaça,

lubrificação e kits para caminhões de bombeiros). Já a fábrica de carroças Santo Ambrósio deu origem à Indústria de Carrocerias Sertãozinho (HASSE, 1996).

Além dessas oficinas, cabe ressaltar a tanoaria, fundada em 1905, por Júlio Barbieri, comprada por Umbater Milani, que funcionou até a Segunda Guerra Mundial, e a Oficina fundada por Egidio Favaretto, em 1913, que foi gerida por seus filhos Elmo Pedro, Ino Rodolfo e Nério Reinaldo até a década de 1950. Cabe ressaltar ainda, que a Segunda Guerra Mundial representou um golpe nas oficinas sertanezinhas, pois, devido à escassez de cobre e ferro, algumas fecharam as portas nesse período e as que prosperam não resistiram por muito tempo à morte dos principais proprietários, ou dos filhos que seguiram a vocação paterna, deixando, no entanto, seguidores que aprenderam o ofício na prática cotidiana dessas oficinas (HASSE, 1996).

Por outro lado, o desenvolvimento da metalúrgica na cidade está ligado às demandas criadas pela Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, pela Dumont Coffee e pelo Engenho Central, tendo como pioneiro Vicente Paschoal que fazia a manutenção dos engenhos de pinga fabricando utensílios de folha de flandres, tubos metálicos, além de remendar tubulações de alambique, fazer manutenção de moendas e construir caldeiras. Tudo isso, a partir do conhecimento inicial da fundição do ferro e do uso da madeira para confecções de moldes, ou combinando-os, em determinados produtos, como o tonel (HASSE, 1996).

Além dessa oficina, havia também a oficina Saran, fundada em 1901 e ainda em funcionamento, que fabricava foices, enxadas, facões e o podão, essenciais para o corte manual da cana-de-açúcar. Outra oficina do mesmo segmento montada antes da crise de 1929 foi a da família Dalmaso, iniciada por Carlos Dalmaso, sem registro de datas, sabe-se apenas que foi antes de 1913 e, se funcionou antes de 1905, foi sem a devida regularização como se pode checar no Almanaque do município de 1905. De todo modo, essa oficina passa a Frederico Dalmaso, em 1913, e dava assistência à fábrica de massas alimentícias Guidoni (que funcionou do início do século XX à década de 1990), além disso, produzia arados, carpideiras, semeadeiras, cavadeiras, debulhadeiras de milho e cilindros de amassar pão, sempre conjugando madeira e ferro (SARTI, 2007; HASSE, 1996).

Nesse segmento, a cidade contou ainda com o surgimento de outras empresas, entre a década de 1950 e 1960: a Décio Rosa Implementos Agrícolas (ex-funcionário do Engenho Central, da Usina Santa Lúcia e da Oficina Zanini), que deixou de existir quando seu dono se associou com outros profissionais e fundou a DMB Máquinas e Implementos Agrícolas, uma das mais fortes do segmento no país, e a Oficina Técnica Agrícola (OTA Implementos Agrícolas), fundada na década de 1970, pelos irmãos Tarcísio e Antônio Roberto Derrussi e José Carlos Guerreiro, estimulada pelas encomendas da Usina São Martinho (SARTI, 2007; HASSE, 1996).

Assim, do início da ocupação até 1929, o café impulsionava a produção ao criar demanda

para as oficinas sertanezinhas produzirem carroças, carrinhos, carrocerias para veículos automotores, arados, machadinhas, enxadas, foices, selas e arreio, que ajudaram a aperfeiçoar o processo agrícola desde o plantio até a colheita e a comercialização. A partir de 1929, as oficinas eram estimuladas pela policultura, com a necessidade de melhoria constante dos instrumentos para plantar, colher, beneficiar e transportar arroz, milho, algodão e amendoim (SARTI, 2007; HASSE, 1996). A atividade canavieira também estimulou a produção das oficinas e, sobretudo, teve papel fundamental na exigência de aperfeiçoamento técnico para consertar, reformar e, até mesmo, copiar os equipamentos dos engenhos e usinas, fatores que impulsionou a industrialização do município.

### **A atividade canavieira e as oficinas**

Em 1906, com a fundação do Engenho Central, a atividade canavieira ganha vigor e aprimoramento técnico, passando a ser produzido também no município o açúcar e demais derivados da cana. Entenderemos a fundação desse Engenho e o crescente investimento na atividade canavieira, especialmente, se levarmos em conta que neste período as crises de superprodução assustavam de uma forma mais direta os cafeicultores e o governo. Mello (1991, p. 89-175) demonstra que a crise de superprodução da safra 1897/1898 gerou preços baixos no mercado externo, levando ao investimento em infraestrutura pelo Estado, após 1902, e ao Convênio de Taubaté, em 1906, só então ocorre a saída da crise, uma vez que os cafeicultores controlariam os preços internacionais, pelo controle dos estoques, na chamada política de valorização. Em Sertãozinho não foi diferente, incentivos públicos serão usados para combater a crise, são exemplos: a proposta de Aprígio de Araújo aprovada na Câmara Municipal em 1900 e a Lei n.º 77 de 1904<sup>9</sup>.

É nesse contexto de instabilidade na cafeicultura que surge o Engenho Central, fundado pelo Coronel Francisco Schmidt, contando com isenções fiscais do município. A instalação do Engenho foi realizada na Fazenda Vassoural (predominantemente na área do atual município de Pontal e parte no atual município de Sertãozinho) com equipamentos adquiridos junto a Dumont Coffee, que fazia parte de um projeto de implantação de um Engenho por Henrique Dumont em sua Fazenda Dumont. A venda da Fazenda para os ingleses fez com que os equipamentos franceses da empresa *Fives Lille* jamais tivessem sido utilizados antes do Engenho Central. A primeira safra do Engenho foi realizada em 1907, abastecida pelos 60 alqueires de cana plantados na Fazenda São Miguel (outra propriedade da família no município).

Outros empreendimentos do setor canavieiro tiveram participações importantes antes

---

<sup>9</sup> Ver nota de rodapé número 8.

mesmo da Crise de 1929, marco da crise aguda na cafeicultura nacional. Podemos destacar: o Engenho Canesin, a Usina Barbacena e Usina Albertina. O Engenho Canesin, que entrou em funcionamento em 1904 e foi desativado em 1985, foi um dos pioneiros na utilização da força do vapor para a movimentação do engenho e um dos maiores produtores de aguardente da região. A Usina Barbacena fundada em 1922, por Pedro Biagi (pai de Maurílio Biagi, fundador da Usina Santa Elisa e sócio-fundador da Zanini), na Fazenda Barbacena (no território de Pontal), foi o primeiro empreendimento da família Biagi no ramo açucareiro e foi desativada na década de 1980. E a Usina Albertina fundada por Guilherme Schmidt, inaugurada em 1922, marcando a tentativa de diversificação da Companhia Francisco Schmidt, em sua primeira safra produziu 80 mil litros de aguardente, em 1930 produziu 672 toneladas de açúcar e 50 mil litros de etanol hidratado, foi vendida em 1946 à família Marchesi e, após diversas trocas no comando e razão social, teve falência decretada em junho de 2015 (HASSE, 1996; MARTINS, 1987; SARTI, 2007).

A atividade canvieira obrigou a um aperfeiçoamento das oficinas sertanezinhas rumo a uma evolução agroindustrial e industrial no município. Cabe aqui discordar da visão apresentada por Sarti (2007, p. 117), na qual “As indústrias sertanezinhas continuaram sendo chamadas **modestamente** de oficinas” e “No **ciclo da cana**, a evolução agroindustrial e industrial de Sertãozinho **alcançou seu ápice**” [grifos meus]. Ora, como podemos ver em Silva (1986, pp.71-111) por industrialização deve-se levar em consideração a distinção entre unidades de produção: a manufatura e a fábrica. A produção industrial não é diretamente dependente do capitalista. Esse normalmente não se ocupa pessoalmente da produção, afinal o capital empregado por ele exige uma organização técnica do trabalho de seus operários. Diferente da manufatura, onde o dono da oficina é, também, aquele que domina a técnica da produção.

Portanto, na primeira metade do século XX torna-se inviável falar em *indústrias sertanezinhas* ao referir-se às oficinas, pois nelas o trabalho era totalmente dependente do proprietário que era aquele que dominava as técnicas. Mais inviável ainda falar em *ápice da evolução agroindustrial e industrial*, afinal não havia a indústria no sentido real do termo e as oficinas eram, na verdade, manufaturas que contribuíram para o nascimento da indústria, ou seja, elas foram a transição para a indústria sertanezina. Ainda em concordância com Sérgio Silva:

Quando falamos em industrialização, pensamos na passagem para formas de produção baseadas na fábrica, na mecanização, pensamos no crescimento da chamada grande industrial. E, nessa passagem, incluímos a manufatura como uma forma de transição historicamente determinada.(FURTADO, 1985, 90)

Deste modo, as oficinas foram o impulso para uma industrialização estimulada pela atividade canvieira. Podemos destacar o papel do Engenho Central, que em 1906 era uma inovação técnica para a produção canvieira da região, montado com tecnologia francesa, mas a necessidade de

manutenção levou as oficinas sertanezinhas a aprender mantê-lo em funcionamento, até mesmo levando a cópia de alguns equipamentos. Os profissionais que lidavam com máquinas movidas a carvão, pela força humana ou animal, pela gasolina, pela eletricidade, foram aqueles que aprenderam a manusear as técnicas que movimentavam a atividade canavieira. Podemos perceber o funcionamento das oficinas como manufatura, pois:

Os pioneiros ensinavam aprendizes e preparavam sucessores. Se os filhos não tinham vocação para seguir os passos dos pais, invariavelmente parentes, conhecidos, amigos e até mesmo menores que necessitavam ajudar a aumentar o orçamento familiar mostravam interesse em aprender um ofício. Não raramente os aprendizes e até mesmo os profissionais, por trabalharem em diversos estabelecimentos ou por exercerem diversas funções aprendiam muitas coisas, sendo capazes de utilizar seus conhecimentos de forma criativas. Não foram poucos os aprendizes que superaram os mestres. (SARTI, 2007, p.118)

Eis uma típica definição da produção manufatureira. Algumas dessas oficinas, portanto, evoluíram para atividade fabril ou mesmo capacitaram fundadores de indústrias no município. Cabe destacar, no período anterior à crise de 1929, a Oficina Paschoal fundada em meados da década de 1900, por Vicente Paschoal, ex-funcionário da Oficina Diederichsen, em Ribeirão Preto e da M.Dedini, de Piracicaba, que consertavam os engenhos de pinga, remendavam as tubulações dos alambiques e faziam a manutenção de moendas e caldeiras.

Esta oficina desmembrou-se em 1961, com a morte de Braz Paschoal, filho de Vicente. Antônio Paschoal, outro filho de Vicente, funda a Calderaria Sertãozinho, já Merville, filho de Braz, toca a empresa com nome de M. Paschoal e Irmãos, após intenso crescimento transformou-se em Meppam, 1977, absorvida pela Sermatec, do Grupo de Maurílio Biagi Filho, em 1992. Importante lembrar que, antes, porém, a Oficina Paschoal aproveitou o período da Segunda Guerra Mundial, pois era uma das poucas empresas habilitadas pelo governo a fabricar e instalar o aparelho de gasogênio, que era o combustível alternativo à escassez de gasolina na época. Esse enriquecimento permitiu aos Paschoal tornarem-se fornecedores da Usina Santa Lúcia, estarem entre os fundadores da Usina São Francisco e criarem os alicerces da Usina Santo Antônio, nas décadas de 1940 e 1950 (HASSE, 1996; SARTI, 2007).

### **A história oculta na memória sertanezina.**

Para começar esta seção é fundamental resgatar a posição defendida por Martinho Prado Júnior, um dos primeiros grandes fazendeiros de café da região. Sua defesa pela abolição de escravos seguia uma visão de modernização conservadora, típica na história do Brasil, sobretudo

até meados do século XX, em suas próprias palavras, expressas em um diálogo com Martim Francisco Júnior: “Enquanto houver escravos não é possível a colonização” (ALPSP *apud* AZEVEDO, 2004, p. 103). Entretanto, essa defesa à abolição era baseada em uma estratégia econômica que visava a grandes lucros com a interiorização da economia brasileira e não uma preocupação ancorada em ideais de justiça social. Vejamos:

Como **nota destoante** em meio a este coro imigrantista, Martinho Prado Jr., autor deste projeto de isenções à Lei n.1 de 1881, esforçou-se por demonstrar que **o crescimento do número de negros não seria prejudicial a província**. Na realidade, **Martinho Prado não abandonara sua postura imigrantista** como davam a entender as críticas a ele. **Apenas formulara esta proposta em atendimento aos interesses dos proprietários fluminenses e sobretudo mineiros que emigravam para o oeste novo de São Paulo**, em busca de novos e férteis terrenos para as suas plantações de café. **Segundo ele, a partir de Pinhal e passando por São João da Boa Vista, Casa Branca, Franca, São Simão, Ribeirão Preto, Cajuru, Batatais, sempre a noroeste da província, expandia-se esta imigração de “bons cidadãos”, que desbravavam as “nossas matas” e expulsavam o índio “para lugares mais remotos”**. Ele calculava que nesta região não existissem talvez 20% de paulistas sobre o total da população, **“quase exclusivamente mineira”**. (AZEVEDO, 2004, p. 135)

Os ideais da modernização conservadora ficam expressos nos trechos acima, que passamos a explorar a partir de agora.

Martinho Prado, um dos primeiros grandes cafeicultores a se fixar na região, conforme apontamos na seção *O ciclo do café na Mogiana e o “fundão” de Ribeirão Preto*, foi também um dos grandes representantes dos cafeicultores na política nacional. Sua defesa à abolição e sua orientação em favor da República, motivo de exaltação para muitos memorialistas da região, não se diferencia da maioria dos cafeicultores paulistas que exploravam as terras do oeste novo, a partir da região de Campinas. Aliás, um dos maiores diferenciais para a grande produtividade da cafeicultura no oeste novo, não era apenas o solo, mas o regime de trabalho, baseado em trabalho livre, a partir do colonato e do sistema de parceria com os imigrantes europeus, tendendo à maior produtividade, quando comparada com a produção escravista da cafeicultura no Vale da Paraíba. Portanto, Martinho Prado revela um posicionamento comum e estratégico para os grandes cafeicultores e não uma consciência superior, como pode sugerir as análises descontextualizadas.

O outro ponto a ser problematizado é: se os grandes cafeicultores do oeste novo, incluindo os da Região de Ribeirão Preto, de onde Sertãozinho se emancipou em 1896, tendem a posições imigrantistas e abolicionistas: onde está o negro na história da ocupação de nossa região?

E nos deparamos com a seguinte situação: a Fazenda Sertãozinho do Mato Dentro, registrada em 1856, pelos herdeiros do mineiro João Manuel Pontes, certamente contou com a presença de negros, provavelmente escravizados, nas comitivas que demarcaram as terras a partir de 1827, quando a instituição da escravidão ainda estava firme. É de se supor que a força de

trabalho da população negra esteve presente nos momentos de ocupação desse território, mas, da mesma forma que em boa parte do que se falou sobre o Brasil no século XIX, o papel do negro foi ocultado e os vestígios dessa presença são um caminho muito promissor para a pesquisa da História Regional. Além disso, o esforço de Martinho Prado Júnior para “demonstrar que o **crescimento do número de negros não seria prejudicial a província**” era “**nota destoante** em meio a este coro imigrantista” (AZEVEDO, 2004, p. 135), o que nos permite inferir que a maior parte desses grandes produtores de café viam na imigração europeia, não só relação de trabalho mais adaptada aos novos tempos, mas, possivelmente, também sustentavam teorias defendendo a imigração europeia como forma de branqueamento da população brasileira, que foi uma das teses dominantes sobre modernização do Brasil na primeira metade do século XX.

Não é seguro traçar aqui conjecturas sobre a posição pessoal de Prado em relação às teses de branqueamento, mas é fundamental lembrar que “**Martinho Prado não abandonara sua postura imigrantista**”, agia como um legítimo representante dos cafeicultores ao apresentar “**esta proposta em atendimento aos interesses dos proprietários fluminenses e sobretudo mineiros que emigravam para o oeste novo de São Paulo**” (AZEVEDO, 2004, p. 135). Ou seja, não se tratava de uma defesa ancorada na inserção efetiva do negro na sociedade da época, ainda que politicamente Prado fosse um grande defensor dos ideais republicanos e abolicionistas. Tratava-se de um posicionamento de classe, visando a maiores lucros.

Outra pergunta é necessária: os proprietários, sobretudo mineiros como é o caso dos herdeiros de João Manuel Pontes, que demarcaram e registraram a fazenda Sertãozinho do Mato Dentro, chegam ao “sertão desconhecido” que ficava às margens da Estrada dos Goiases e vão colonizar um território que, além de desconhecido, era inabitado? Onde estão as discussões sobre os habitantes originais desse “sertão desconhecido”?

Esse questionamento ajuda a entender porque, apesar de imigrantista, Martinho Prado Júnior passa a destoar e defender que o aumento do número de negros não seria prejudicial à São Paulo:

[...] a partir de Pinhal e passando por São João da Boa Vista, Casa Branca, Franca, São Simão, Ribeirão Preto, Cajuru, Batatais, sempre a noroeste da província, **expandia-se esta imigração de “bons cidadãos”, que desbravavam as “nossas matas” e expulsavam o índio “para lugares mais remotos”** (AZEVEDO, 2004, p. 135)

Logo, temos como dado de que os “bons cidadãos”, os fazendeiros fluminenses e, principalmente, mineiros, contando com a força de trabalho de negros, escravizados ou não, agiam em favor desse processo, abrindo matas, matando e/ou expulsando indígenas, situação sobre a qual os relatos memorialistas silenciam (seja propositalmente ou por falta de fontes sobre o tema).

É, portanto, mister o desenvolvimento de pesquisas históricas que visem a nos fazer ver o verdadeiro processo de interiorização da economia nacional, que encontra seu referencial de violência e de produção de memória na Marcha para o Oeste dos Estados Unidos (*Far West*). Lá, os filmes faroestes e todo um arsenal de elementos culturais ressignificam os acontecimentos, criando uma aura heroica sobre os desbravadores. Aqui, mesmo sem a força *holliwoodiana*, muito das memórias usadas para contar a história regional à população também ressignifica os acontecimentos, ocultando o papel do negro no processo, ignorando o destino dos habitantes originais do território e supervalorizando os agentes brancos do processo de interiorização – o cafeicultor e o imigrante europeu. Sem contar as menções curtas e pouco críticas ao processo de intenso desmatamento local para o plantio do café, da cana e, sobretudo, a derrubada de árvores para lenha e dormentes vendidos às empresas ferroviárias. Não se trata de ser contra a valorização do cafeicultor e do imigrante europeu, mas de ser crítico à ocultação dos outros grupos sociais atuantes e vítimas desse processo de conquista do chamado oeste novo.

Cabe ainda questionar: onde estão os relatos sobre a situação da classe trabalhadora no processo de colonização de Sertãozinho? Ou seja, também se fazem necessários estudos que abordem o papel dos comerciantes e dos trabalhadores das oficinas locais na colonização, bem como suas condições de trabalho e vida. Afinal, é razoável supor que nem todo trabalhador livre se tornou proprietário de oficina ou de casas de comércio. Além disso, se as ferrovias foram elementos importantes para o desenvolvimento da região Mogiana, quem eram, como viviam e onde se fixavam os ferroviários de nossa região? E, para finalizar, quais eram as condições de vida dos trabalhadores rurais desprovidos da propriedade da terra? É necessário, ainda, saber se e como esses trabalhadores se organizavam politicamente e para práticas desportivas.

Enfim, temos uma história de patrões sem operários. De brancos em um pedaço de Brasil sem negros e indígenas. Do empreendimento capitalista sem aquele cuja mais-valia é extraída. Falamos, então, de uma história ainda incompleta, no aguardo de novas pesquisas que rompam com o caminho tradicional.

## CONCLUSÃO

A ocupação do território sertanezinho pelos imigrantes e/ou descendentes dos imigrantes europeus, que se deslocaram para a Região de Ribeirão Preto em busca de oportunidades nas fazendas de café, evidencia características comuns aos municípios do chamado “Oeste Paulista” e às consequências desta ocupação nas relações de produção subordinadas à, até então dominante, cafeicultura e também expressam uma característica perceptível em outras regiões e outros

períodos do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema. Podemos verificar, em Sertãozinho, relações articuladas-subordinadas às relações dominantes, que explicam contradições próprias à transição capitalista, uma vez que eram indispensáveis à reprodução do capital, criando condições para uma posterior industrialização. Assim, a história do município constata um dos aspectos do desenvolvimento capitalista nos países submissos à reprodução internacional do capital: a contradição entre modos de produção (capitalistas e pré-capitalistas) que marca o desenvolvimento das relações capitalistas (SILVA, 1986, p. 17-18). Ou seja, assim como Sertãozinho, diversos municípios do novo oeste, possuem histórias muito parecidas: imigrantes que vieram para fazendas de café e possuíam ou desenvolveram qualificação em atividades manufatureiras irão encabeçar o processo de urbanização, permanecendo dependentes do capital proveniente da cafeicultura até, provavelmente, os anos 1930. Tais conclusões são facilmente apreendidas. Entretanto, como conclusão desse trabalho, é necessário discutir outros aspectos do processo de ocupação, urbanização, emancipação e desenvolvimento. Afinal, os dados sobre essa história econômica hegemônica são facilmente encontrados nos arquivos locais. É necessário, então, problematizar o que não é acessível e que esconde, por vezes dissimula, o que efetivamente foi esse processo de colonização de Sertãozinho, a exemplo do ocorrido na nossa região.

Assim, este artigo apresenta como grande desafio a necessidade de pesquisas históricas que promovam uma reflexão crítica ao processo de colonização do “sertão desconhecido”. Ao longo dele foi possível revisitar a história econômica local demonstrando como ocorreu o processo de desenvolvimento local, desde sua colonização até a formação de oficinas, que foram para história local o ponto de transição para economia agroindustrial e industrial. Entretanto, as fontes acessadas e os livros de resgate da memória local centram suas atenções para o papel do imigrante europeu e dos donos das fazendas de café. Tais situações podem ter ocorrido porque discutir outros grupos étnicos não auxiliasse nas suas propostas de pesquisa, pela ausência de fontes, pela falta de formação dos memorialistas em pesquisa histórica ou por objetivar efetivamente contar a história das elites locais, revisitando seus pioneiros. O fato é que, mesmo para uma pesquisa de história econômica, os documentos disponíveis não permitem avaliar se houve e qual a extensão do uso de mão de obra escrava na região. E, mesmo o momento de demarcação das fazendas que deram origem ao município de Sertãozinho, não permitem, ainda, entender o destino dos negros na região antes e depois da abolição, o que é fundamental para entender a composição da força de trabalho rural e a formação das nascentes classes urbanas, bem como não nos permite identificar na memória local como viviam e como se organizavam a classe trabalhadora do município e, muito menos, a presença dos povos indígenas nessa região.

## REFERÊNCIAS

### Artigos

KURY, L.: '**Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem**'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001

### Livros

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 2.º ed. – São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1983.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985

HASSE, Geraldo. **Filhos do Fogo – Memória Industrial de Sertãozinho**. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Maurílio Biagi – O Semeador do Sertão**. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 2003.

MARTINS, Juvenal (org.). **Almanaque de 1905 do município de Sertãozinho**. São Paulo: Casa Editora, 1905. Reeditado por Agora Gráfica e Editora, 2004.

MARTINS, Roberto Vasconcelos. **Pontal Histórico: história para pontalenses - nossa terra nossa gente**. São Paulo: Imprensa Latina, 1987.

MELLO, João M.C. **O Capitalismo Tardio**. 8.º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 15.º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

SANTOS, Adriano P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARTI, Sônia M. (org.). **Sertãozinho: energia, fé e trabalho**. Ilustrações Janaína Daniele Gomes Ferreira. 1.º ed. – São Paulo: Noovha América, 2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 7.º Edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

### Parte da monografia em meio eletrônico

MUSEU DA COMPANHIA PAULISTA. **Histórico**. Museu da Companhia Paulista. Disponível em: <http://museudacompanhiapaulista.jundiai.sp.gov.br/historico/>. Acesso em 18 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL. **Conheça Jaboticabal**. Publicado em 25 maio 2016. Disponível em <http://www.jaboticabal.sp.gov.br/2010/index.php/conteudo/visualizar/jaboticabal>. Acesso em 17 de fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO. **História**. Disponível em <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/conteudo/historia-do-municipio#.VsaSTfkrLDc>. Acesso em 19 de fev. 2016.

QUARTIER, Sidnei. Era uma vez a fazenda de Dumont, o Rei do Café. **Jornal A Cidade**. Publicado em; 01 jan. 2015. Disponível em: [http://www.jomalacidade.com.br/noticias/noticias\\_internaNOT.aspx?idnoticia=1021997](http://www.jomalacidade.com.br/noticias/noticias_internaNOT.aspx?idnoticia=1021997). Acesso em 19 jan. 2016.

TORNATORE, Nicole. **A terra onde Alberto Santos Dumont sonhou com o avião**. Revista Cafeicultura. Ano 101. Número 247. Publicado em 22 out. 2006. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=7671>. Acesso em 18 fev. 2016.

### Teses

SAMPAIO, Mateus de A. P. **“Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias – o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieicultura paulista: XVI a XXI”**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.